

O fator humano

Instituto vai mensurar os prejuízos financeiros ligados à saúde de diferentes tipos de poluição atmosférica

Uma rede de 130 pesquisadores espalhados por seis unidades da federação vai dedicar-se nos próximos dois anos a contabilizar os prejuízos financeiros causados pela poluição atmosférica. Sediado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), o Instituto Nacional de Análise Integrada do Risco Ambiental promete produzir um vigoroso conjunto de pesquisas científicas sobre o impacto do uso de combustíveis na saúde humana. “As políticas ambientais se preocupam primordialmente em preservar a flora, a fauna ou os recursos hídricos. O ser humano é visto como apenas agressor. Acontece que ele também é um receptor e a saúde humana não faz parte da discussão das questões ambientais”, diz Paulo Hilário Saldiva, professor-titular do Departamento de Patologia da FMUSP e coordenador do instituto. “Nossa intenção é fornecer subsídios para que o custo à saúde humana seja computado na gestão ambiental. E que esse valor seja levado em conta pelas empresas e pelos formuladores de políticas públicas”, afirma.

Saldiva dá um exemplo: a decisão de adiar no país a utilização de óleo diesel com um menor teor de enxofre foi tomada com base no impacto econômico que a mudança causaria à indústria automobilística e petrolífera, mas em nenhum momento se avaliou o prejuízo à saúde humana de se manter por mais alguns anos o diesel poluente. Da mesma forma, diz o professor, sabe-se que o custo da poluição dos automóveis na Região Metropolitana de São Paulo chega a R\$ 1,5 bilhão anuais, mas esse valor não é levado em conta pelas políticas públicas de transporte e as vinculadas à produção de automóveis. “É esse tipo de informação que vamos oferecer,

com base em pesquisas científicas capazes de mostrar quem está produzindo e quem está recebendo a poluição e quais são os efeitos e o custo disso”, afirma o professor. A rede liderada por Saldiva é um dos 101 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), criados em 2008 pelo governo federal, e contará com R\$ 7,2 milhões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da FAPESP, que cofinancia todos os 35 INCTs do estado de São Paulo.

Cliente - Alguns dos pesquisadores da rede já trabalham juntos há um certo tempo com o apoio de órgãos como o CNPq e a FAPESP, além de parcerias com entidades internacionais como as universidades Harvard e de Toronto. Com o *status* de INCT, a produção deverá dar um salto, segundo Saldiva. “A USP já é hoje uma das cinco primeiras instituições do mundo em produção acadêmica nos campos da saúde am-

biental e toxicologia ambiental. Com a expansão de nossas atividades, vamos subir ainda mais nesse *ranking*”, afirma Saldiva. O pesquisador ressalva que as atividades do instituto não se estenderão ao setor privado. “Nosso cliente é a comunidade e a nossa produção será medida em *papers*.”

As pesquisas irão analisar três cenários da poluição: a urbana, a causada pela agroindústria e a resultante dos biocombustíveis. Entre os estudos em andamento, há o monitoramento de 400 gestantes submetidas a graus diferentes de poluição atmosférica, que serão acompanhadas até que seus filhos tenham 3 anos de idade; o desenvolvimento de um concentrador de poluentes para monitorar a resposta de animais de laboratório aos efeitos de diferentes tipos de combustíveis; e a criação de métodos alternativos e baratos de medir a poluição e seus efeitos. ■

FABRÍCIO MARQUES



O ar poluído de São Paulo: custos da agressão à saúde

EDUARDO CESAR